

NOVONOR AMBIENTAL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

NOVONOR AMBIENTAL S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Novonor Ambiental S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Novonor Ambiental S.A. (“Companhia” ou “NA”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novonor Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2026.

Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
1. Informações gerais	12
2. Base de preparação das Demonstrações Financeiras	13
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	16
4. Gestão de risco financeiro	16
5. Instrumentos financeiros por categoria	17
6. Caixa e equivalentes de caixa	18
7. Sociedades do Grupo Novonor	18
8. Tributos a recuperar	19
9. Tributos a pagar	19
10. Provisão para processos judiciais	19
11. Patrimônio líquido	21
12. Despesas por natureza	22
13. Resultado financeiro, líquido	23
14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	23

Novonor Ambiental S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Notas	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	50.705	57.442
Sociedades do grupo Novonor	7	298	118
Tributos a recuperar	8	4.694	4.284
Outros ativos		302	472
		55.999	62.316
Realizável a longo prazo			
Sociedades do grupo Novonor	7	21.833	22.385
Depósitos Compulsórios e judiciais		745	814
		22.578	23.199
Total do ativo		78.577	85.515

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Ambiental S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivo e patrimônio líquido	Notas		
Circulante			
Fornecedores		1.419	1.209
Salários e encargos sociais		682	409
Tributos a pagar	9	974	823
Sociedades do grupo Novonor	7	3.927	4.130
Outros passivos		2.966	3.012
		9.968	9.583
Não circulante			
Sociedades do grupo Novonor	7	8.496	18.196
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	10	2.906	3.404
Outros passivos		777	777
		12.179	22.377
Patrimônio líquido			
Capital social	11(a)	12.009	12.009
Reserva de capital	11(b)	692	692
Reservas de lucros	11(c)	34.010	31.135
Ajuste de avaliação patrimonial		9.719	9.719
		56.430	53.555
Total do passivo e patrimônio líquido		78.577	85.515

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Ambiental S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(3.030)	(4.751)
Outras receitas (despesas), líquidas	12	(552)	1.169
Prejuízo operacional		(3.582)	(3.582)
Resultado financeiro, líquido	13	7.370	6.604
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.788	3.022
Imposto de renda e contribuição social correntes	14 (a)	(913)	(724)
Lucro do exercício		2.875	2.298
Lucro básico por lote de mil ações das operações continuadas (expresso em R\$)	11 (d)	5,25	4,20

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Ambiental S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Lucro do exercício das operações continuadas	2.875	2.298
Total do resultado abrangente do exercício	2.875	2.298

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Ambiental S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 01 de janeiro de 2024	12.009	692	1.477	27.360		9.719	51.257
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro do exercício					2.298		2.298
Total do resultado abrangente do exercício					2.298		2.298
Transação de capital com acionistas:							
Constituição de reserva de capital			115	2.183	(2.298)		
Em 31 de dezembro de 2024	12.009	692	1.592	29.543		9.719	53.555
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro do exercício					2.875		2.875
Total do resultado abrangente do exercício					2.875		2.875
Transação de capital com acionistas:							
Constituição de reserva de capital			144	2.731	(2.875)		
Em 31 de dezembro de 2025	12.009	692	1.736	32.274		9.719	56.430

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Ambiental S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.788	3.022
Ajustes		
Provisão para contingências	(498)	20
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(210)	(74)
	3.080	2.968
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	(242)	926
Depósitos judiciais	69	637
Outros ativos	170	(50)
Fornecedores	210	(68)
Salários e encargos sociais	273	(406)
Tributos a pagar	(261)	222
Sociedades do grupo Novonor	366	290
Outros passivos	(21)	(122)
Caixa proveniente das operações	3.644	4.397
Imposto de renda e contribuição social pagos	(501)	(882)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	3.143	3.515
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas		
Recursos pagos	(9.700)	(87)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(9.880)	(87)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.737)	3.428
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57.442	54.014
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50.705	57.442

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

A Novonor Ambiental S.A. (“Companhia” ou “NA”), com sede em São Paulo - SP, foi constituída em 2008 e tem como objetivo investir, operar e prestar serviços em projetos ambientais.

A Companhia tem por objeto social atuar, direta ou indiretamente, nos setores de saneamento, gestão de recursos hídricos e serviços ambientais, incluindo participação em outras sociedades. Suas atividades abrangem operações de água e esgoto, manejo e tratamento de resíduos, projetos de engenharia e serviços correlatos, além da locação de equipamentos e consultorias de apoio operacional e empresarial, no Brasil e no exterior.

Atualmente, a Companhia se encontra em fase de reorganização de suas atividades, com foco na avaliação de novas oportunidades de atuação no setor ambiental. Nesse contexto, vem conduzindo estudos de mercado, analisando potenciais projetos e participando de processos seletivos e leilões de concessões, com o objetivo de restabelecer gradualmente seu ciclo operacional.

Embora a retomada plena das operações ainda esteja em andamento, a Companhia mantém estrutura administrativa e operacional compatível com a continuidade das atividades e com a perspectiva de reposicionamento estratégico no setor.

A Companhia é controlada diretamente pela Novonor Ambiental Participações S.A (“NA Par”), e é parte integrante do Grupo Novonor, através do controle indireto da Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

1.1 Principais movimentações societárias e eventos relevantes

Em 19 de fevereiro de 2024, em função do encerramento do Consórcio, houve ingresso de recursos no montante de R\$ 679, relativo a pedidos de restituição de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada, formulados pelo Consórcio, através dos Pedidos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP.

Em 28 de fevereiro de 2024, houve ingresso recursos no montante de R\$ 2.190, relativo a êxito na Ação Ordinária de Repetição de Indébito em que a Companhia requereu a restituição, pela União (Fazenda Nacional), pago a título de Imposto de Importação, decorrente da diferença entre o percentual de 14% (que aplicou a RFB) e o percentual de 2% antecipadamente pago, relativos à Declaração de Importação - DI nº 14/0421739-0.

Em setembro de 2025, ocorreram eventos societários relevantes no âmbito da controladora da Companhia, deliberados em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas com a participação dos acionistas Novonor e do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“FI-FGTS”). Embora tais deliberações tenham ocorrido exclusivamente na controladora, constituem fatos relevantes no contexto do grupo econômico e são apresentados a seguir.

Na AGE de 26 de setembro de 2025 a controladora aprovou a aquisição, pela própria controladora, da totalidade das ações de sua emissão detidas pelo FI-FGTS, nos termos do art. 30, §1º, alínea “b”, da Lei nº 6.404/76, mediante utilização de reservas. Foi igualmente autorizada a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, cuja eficácia permanece condicionada às aprovações de governança do FI-FGTS.

Na AGE de 29 de setembro de 2025 foram avaliadas as ações relacionadas ao Plano de Liquidação dos investimentos da controladora e de suas controladas. Os acionistas reconheceram a conclusão dos atos necessários aos desinvestimentos das participações societárias detidas no âmbito do grupo e aprovaram a retomada das atividades ordinárias da controladora.

As deliberações acima não geraram efeitos financeiros relevantes para as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício, mantendo-se inalteradas sua estrutura patrimonial, operacional e societária.

1.2 Recuperação judicial do Grupo Novonor

Em 17 de junho de 2019, a controladora direta Novonor e controladoras indiretas ODBINV S.A – Em Recuperação Judicial (“ODBINV”) e Kieppe Participações e Administração Ltda – Em Recuperação Judicial (“Kieppe”) bem como outras 17 empresas do Grupo Novonor, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“RJ”).

Ao longo dos anos 2020 e 2022 a Novonor e todas as demais empresas tiveram seus planos aprovados e homologados. A Novonor e suas controladas seguem cumprindo as determinações dos respectivos Planos.

1.3 Aprovação das demonstrações financeiras

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria Executiva em 13 de maio de 2026.

2. Base de preparação das Demonstrações Financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Políticas contábeis

As políticas contábeis da Companhia estão consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior, exceto por aquelas apresentadas na Nota 2.2 (a) Novas Normas e interpretações adotadas no exercício corrente.

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as políticas contábeis significativas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

- (a) Novas normas e interpretações adotados no exercício corrente
As seguintes normas passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025:

- Alterações da IAS 12 relacionadas ao Pilar II

Em 27 de dezembro de 2024 foi publicada a Lei nº 15.079/2024, que instituiu o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no contexto da adaptação da legislação tributária brasileira às Regras Globais contra a Erosão da Base Tributária (GloBE), no âmbito do Pilar 2 da OCDE. Referida norma tem por objetivo assegurar uma tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros de grupos multinacionais com receita consolidada anual igual ou superior a € 750 milhões (aproximadamente R\$ 4,86 bilhões).

O adicional aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025, sendo devido apenas nos casos em que a alíquota efetiva apurada para as entidades localizadas no Brasil, conforme as regras GloBE, seja inferior ao patamar mínimo estabelecido.

Com base nas análises preliminares realizadas, a Administração concluiu que não foram identificados impactos decorrentes da aplicação das regras do Pilar 2 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não sendo requerido, portanto, o reconhecimento de passivos tributários correntes ou ajustes em ativos e passivos fiscais diferidos. Eventuais efeitos futuros dependerão do desempenho operacional da Companhia, da evolução da carga tributária efetiva e de regulamentação complementar.

- Emenda CPC 02 (R2)/IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

As modificações implementadas exigem que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda e, quando não puder, determinar a taxa de câmbio a ser usada e as divulgações a serem fornecidas.

- ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

A revisão (R3) do ICPC 09 foi emitido com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores à sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações descritas acima não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

- (b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras:

- Emenda IFRS 7 e IFRS 9 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações abordarão a diversidade nas práticas contábeis e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão:

- i) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes;
- ii) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico.

Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e não temos impactos da emenda, pois não há operações desta natureza.

- Norma IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

A norma permite que subsidiárias que não tenham responsabilidade pública e que se o seu controlador final produzir demonstrações financeiras consolidadas em conformidades com as IFRS, forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais na elaboração das suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis.

A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 e estamos avaliando se alguma controlada adotará a norma.

- Norma CPC 51/IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

IFRS 18 Nova norma contábil que busca padronizar a apresentação das demonstrações financeiras, oferecendo aos investidores melhor base para análise e comparação.

- Emenda Constitucional nº 132/2023 – Reforma Tributária sobre consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado em um IVA dual repartido em duas esferas, uma federal (CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (IBS – Imposto sobre Bens e Serviços), que substituirá o ICMS e o ISS (estadual e municipal). Foi também criado o IS – Imposto Seletivo, de competência federal, aplicado a bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Em janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025 que regulamentou parte da Reforma Tributária. Os efeitos da Reforma Tributária serão plenamente conhecidos quando finalizadas as regulamentações dos temas pendentes via Lei Complementar e quando ocorrer a definição das alíquotas que serão aplicadas.

Já em janeiro de 2026 foi publicada a Lei Complementar 227/2026, que tem por objetivo principal regulamentar o funcionamento do Comitê Gestor do IBS (CG IBS). Esse Comitê, composto por representantes de Estados e Municípios, será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança, distribuição da receita e uniformização da legislação do novo imposto. Além disso, referida Lei define o novo processo administrativo tributário aplicável ao IBS.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

(b) Transação e saldos

As operações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nos quais os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, em “Resultado Financeiro, líquido” (Nota 13).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e Julgamentos significativos
11	Provisão para processos judiciais

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros, indexadores de preços, risco de crédito (decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber) e risco de liquidez para cumprir suas obrigações com passivos financeiros.

A gestão de riscos segue políticas aprovadas pela Administração da Companhia. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. Os principais riscos identificados estão descritos a seguir.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido.

A Companhia busca manter um volume de disponibilidades suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores fluxos de capital de giro.

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de investimentos e de riscos; (ii) buscar uma alta pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia prioriza instrumentos de baixo risco e instituições financeiras de primeira linha.

A Administração monitora continuamente o risco de crédito e entende que não há exposição relevante a perdas esperadas.

(b) Risco de liquidez

É um risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pelas áreas de tesouraria das empresas.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Custo amortizado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	50.705	57.442
Sociedades do grupo Novonor	22.131	22.503
Depósitos compulsórios e outros ativos (i)	1.039	1.200
	<u>73.875</u>	<u>81.145</u>
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outros passivos	5.162	4.998
Sociedades do grupo Novonor	12.423	22.326
	<u>17.585</u>	<u>27.324</u>

(i) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de "Outros ativos", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

Política contábil

(a) Reconhecimento inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente reconhecido ao seu valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. O passivo financeiro é inicialmente reconhecido ao seu valor justo, porém reduzido dos custos de transação à sua emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR):

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e, quando aplicável, reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a perda ao valor recuperável são reconhecidos no resultado, assim como, qualquer ganho ou perda no seu desreconhecimento.

Passivos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

São subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o passivo financeiro for designado como instrumento de *hedge*. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Bancos conta movimento	46	5
Aplicações financeiras (i)	50.659	57.437
	<u>50.705</u>	<u>57.442</u>

- (i) Aplicação em fundo de investimento privado com liquidez diária e com rendimento médio de 100% do CDI.

Política contábil

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de renda fixa de alta liquidez e com capacidade de resgate em prazo inferior a três meses à data da contratação.

Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

7. Sociedades do Grupo Novonor

	Ativo		Passivo	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Mútuos				
NA Par (i)	21.815	21.815		
Novonor			12	12
Contas a Receber				
NA Par	118			
Novonor (ii)	12	564		
Outros	186	124		
Dividendos a pagar				
NA Par			7.852	17.552
Contas a pagar				
CNO S.A. ("CNO")			3.927	3.928
Outras contas a pagar				
CNO			632	834
	<u>22.131</u>	<u>22.503</u>	<u>12.423</u>	<u>22.326</u>
Circulante	298	118	3.927	4.130
Não circulante	21.833	22.385	8.496	18.196
	<u>22.131</u>	<u>22.503</u>	<u>12.423</u>	<u>22.326</u>

(i) Contrato de mútuo firmado com a controladora Na Par, sem incidência de juros.

(ii) Em dezembro de 2025, a Companhia constituiu provisão para Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") referente a crédito inscrito no quadro geral de credores do plano de recuperação judicial da Novonor. O valor provisionado totalizou R\$ 552, líquido da compensação efetuada com valores a pagar à Novonor.

8. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Imposto sobre serviços ("ISS") (i)	1.405	1.405
Imposto de renda	2.856	2.454
Contribuição social	272	265
PIS e COFINS	126	126
INSS a recuperar	33	33
Outros	2	1
	<u>4.694</u>	<u>4.284</u>

(i) ISS objeto de restituição junto à Prefeitura de Camaçari (BA).

9. Tributos a pagar

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Imposto de renda e contribuição social	905	775
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	38	36
PIS - Programa de Integração Social	6	6
Outros	25	6
Passivo Circulante	<u>974</u>	<u>823</u>

10. Provisão para processos judiciais

A Companhia é demandada em ações judiciais e administrativas diversas de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível. Os processos avaliados pelos assessores jurídicos com prognóstico de perda provável são provisionados, e os processos avaliados com prognóstico de perda possível ou remota não são provisionados. Eventual mudança no andamento processual e/ou de entendimento no posicionamento das cortes poderá impactar no futuro as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de tais processos.

(a) Composição por Natureza – Causas prováveis

O cálculo da provisão cível, trabalhista e tributária foi elaborado em consonância com a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é ré e para as quais a classificação de perda é provável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reclamações cíveis	Reclamações tributárias	Reclamações trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2025	1.500	51	1.355	2.906
Em 31 de dezembro de 2024	1.500	47	1.857	3.404

(b) Passivos contingentes - Causas possíveis

A Companhia possui processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Em 31 de dezembro de 2025, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 49.134 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 297.590).

	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 31 de dezembro de 2025	7.971	344	40.819	49.134
Em 31 de dezembro de 2024	264.485		33.105	297.590

Dentre as ações classificadas como possíveis, podemos destacar as ações de maior relevância na Companhia, as listadas abaixo:

Cível

Ação de improbidade – Processo nº 1048739-06.2020.4.01.3400 no montante atualizado de R\$ 524.603, referente ao pedido de imposição de indisponibilidade de bens feito pelo Ministério Público Federal, seja porque não estão satisfeitos os requisitos autorizadores, sobretudo com as mudanças ocorridas na Lei n. 8.429/92, seja porque houve indeferimento de pedido semelhante com relação a colaborador na seara criminal, sem interposição de recurso pelo Ministério Público Federal. Atualmente, a ação está em fase recursal, após a petição inicial ser indeferida por ausência de indícios do dolo necessário para a configuração do ato de improbidade. A chance de perda foi classificada como remota pelos consultores.

Tributário

- (i) Processo nº 0507639-50.2018.8.05.0039 no montante atualizado de R\$ 13.589, referente a Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Camaçari referente à cobrança de ISS do período entre 10 de abril de 2014 e 10 de dezembro de 2014. A Companhia apresentou Exceção de Pré-Executividade pendente de julgamento (Serviços prestados à Petrobras).
- (ii) Processo nº 13888.724372/2017-95 no montante atualizado de R\$ 8.582, referente a auto de infração que tem como objeto a glosa de despesas que foram supostamente deduzidas de forma indevida, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL. Além de majorar a base de cálculo dos referidos tributos, a Fiscalização exigiu IRRF por pagamentos supostamente sem causa e impôs multa de ofício. A Companhia apresentou Impugnação, a qual foi julgada parcialmente procedente, sendo interposto Recurso Voluntário contra a decisão, pendente de julgamento.
- (iii) Processo nº 10880.926106/2017-87 no montante atualizado de R\$ 12.519, referente ao Despacho Decisório que deferiu parcialmente o PER/DCOMP realizado. O referido PER/DCOMP visa a quitação de débitos tributários por meio da compensação de saldo negativo de IRPJ. A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade, que foi julgada improcedente, sendo interposto Recurso Voluntário, pendente de julgamento.

Política contábil

As provisões para processos judiciais (trabalhistas, fiscais, societário, cível e outros) são reconhecidas quando: (i) A Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada - *constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e que são estimáveis com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.009, composto por 547.699.682 ações ordinárias, representada da seguinte forma:

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
NAPAR	100	100	12.009	12.009	547.699.682	547.699.682
	100	100	12.009	12.009	547.699.682	547.699.682

(b) Reserva de capital

A Companhia mantém registrada reserva de capital oriunda do aporte em seu capital social realizados em 9 de outubro de 2009 e em 18 de dezembro de 2013, e incorporação de ações da antiga controladora Odebrecht Engenharia Ambiental S.A., realizada em 30 de setembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 692.

(c) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha o montante de R\$ 1.736 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 1.592).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi constituída com base em lucros não realizados, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha o montante de R\$ 32.274 (31 de dezembro de 2024- R\$ 29.543) a título de reserva de lucros a realizar.

(d) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.875	2.298
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	547.700	547.700
Lucro básico por lote de mil ações (em R\$)	5,25	4,20

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias.

12. Despesas por natureza

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Classificadas por natureza:		
Gastos com pessoal	(1.709)	(1.652)
Auditorias, consultorias e assessorias	(1.073)	(1.544)
Outros serviços de terceiros	(679)	(305)
Provisão para processos trabalhistas, cíveis e tributárias (i)	498	(1.095)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa (ii)	(552)	
Outras receitas e despesas, líquidas (iii)	(67)	1.014
	<u>(3.582)</u>	<u>(3.582)</u>
Classificadas por função:		
Gerais e administrativas	(3.030)	(4.751)
Outras receitas (despesas) líquidas	(552)	1.169
	<u>(3.582)</u>	<u>(3.582)</u>

(i) Refere-se, substancialmente, ao ajuste das provisões para processos judiciais, realizado com o objetivo de adequar o saldo contábil às melhores estimativas dos passivos contingentes classificados como perda provável (Nota 10).

(ii) Em 2025, refere-se a PECLD conforme descrito na Nota 7.

(iii) Em 31 de dezembro de 2024, refere-se substancialmente a ingresso de recursos decorrentes do êxito na Ação Ordinária de Repetição de Indébito proposta pela Companhia, que pleiteou a restituição do Imposto de Importação pago a maior. O pedido tratou da diferença entre o percentual de 14% aplicado pela Receita Federal do Brasil e o percentual de 2% antecipadamente recolhido, relativos à Declaração de Importação - DI nº 14/0421739-0.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	7.575	5.921
Variações monetárias	168	114
Variações cambiais	25	6
Outras receitas (*)	6	990
	<u>7.774</u>	<u>7.031</u>
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(1)	(11)
Despesas com juros	(2)	(11)
Tributos sobre operações financeiras	(375)	(328)
Multa e juros por atraso de pagamento		(33)
Variações cambiais	(26)	(44)
	<u>(404)</u>	<u>(427)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>7.370</u>	<u>6.604</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, refere-se à ação Ordinária de Repetição de Indébito referente a diferença de percentual no imposto de importação em que a controlada NA requereu a restituição.

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	3.788	3.022
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.288)	(1.027)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	<u>375</u>	<u>303</u>
Prejuízo fiscal (ano corrente) não constituído IR/CS diferido	382	299
Outros	<u>(7)</u>	<u>4</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(913)</u>	<u>(724)</u>

- (*) Inclui a parcela não incidente de 10% de adicional de IR, IR e CS sobre as despesas indedutíveis (adicionadas).

* * *